

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL BRASIL/GUINÉ-BISSAU 2003/2010: PROJETOS EDUCACIONAIS IMPLEMENTADOS NA GUINÉ-BISSAU¹

Terezinha José Insul²

RESUMO

O Brasil no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento, tem realizado vários projetos para a Guiné-Bissau, considerando os desafios da Cooperação Sul-Sul. Alguns destes projetos, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), promovem uma assistência técnica, auxílios e bolsas de estudos, construção de escolas profissionalizantes, ensino superior, formação e qualificação de recursos humanos. O objetivo é compreender os impactos da cooperação educacional Guiné-Bissau/Brasil durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula Da Silva (Lula) no aperfeiçoamento do sistema educativo da Guiné-Bissau, entre os anos 2003-2010. Deste modo, por meio da realização de uma pesquisa bibliográfica e levantamento de dados, objetiva-se trazer reflexões que mostram o modo como as relações bilaterais entre o Brasil e a Guiné-Bissau surgem na prática, especialmente no setor educacional.

Palavras-chave: cooperação internacional; educação - Guiné-Bissau; projetos de lei - Guiné-Bissau - educação; relações internacionais - Brasil; relações internacionais - Guiné-Bissau.

ABSTRACT

Brazil, within the framework of international cooperation for development, has carried out several projects for Guinea-Bissau, considering the challenges of South-South Cooperation. Some of these projects, such as the National Service for Industrial Learning (SENAI) and the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusofonia (UNILAB), promote technical assistance, grants and scholarships, construction of vocational schools, higher education, training and qualification of human resources. The objective is to understand the impacts of Guinea-Bissau/Brazil educational cooperation during the government of former president Luiz Inácio Lula Da Silva (Lula) in improving the educational system of Guinea-Bissau, between the years 2003-2010. Thus, by carrying out a bibliographical research and data collection, the objective is to bring reflections that show how the bilateral relations between Brazil and Guinea-Bissau arise in practice, especially in the educational sector.

Keywords: bills - Guinea-Bissau - education; education - Guinea-Bissau; international cooperation; international relations - Brazil; international relations - Guinea-Bissau.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado à Licenciatura em Pedagogia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês (BA), sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto.

² Bacharela em Humanidades e licencianda em Pedagogia pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho nasce da percepção sobre a importância de empreender a constituição das políticas públicas de educação, assim como do potencial das mesmas para impulsionar o desenvolvimento da Guiné-Bissau face aos desafios, sobretudo no campo educacional, na qual o país se encontra. Desta forma, o objetivo deste artigo é compreender os impactos da cooperação educacional Guiné-Bissau/Brasil durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula Da Silva (Lula) no aperfeiçoamento do sistema educativo da Guiné-Bissau, entre os anos 2003-2010, a partir de projetos como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Partimos da hipótese de que a cooperação entre Brasil e Guiné-Bissau podem impactar, em médio e longo prazo, no âmbito educacional da sociedade guineense, dito de outra forma, acredita-se que a cooperação entre Guiné-Bissau e Brasil na área da educação tem uma grande influência no desenvolvimento do país e no aprimoramento da educação Bissau-guineense. Uma vez que foi por meio dessas cooperações que muitos jovens tiveram acesso à formação profissionalizante e superior dentro e fora do país.

No que diz respeito ao sistema educativo guineense, o intelectual Arnaldo Sucuma (2016), diz que nos finais dos anos 90, as autoridades Bissau-guineenses começaram a reconhecer a necessidade de valorizar as capacidades nacionais no âmbito da formação, que passava necessariamente pela criação de uma capacidade nacional de formação e investigação, inserção de assistência técnica e valorização de recursos humanos na formação e viabilização de um programa de formação, organização e gestão do mercado de trabalho. Nesta seara, o Ministério da Educação incluiu no seu Plano-Quadro Nacional “Educação para o Desenvolvimento Humano” no país onde o ensino superior, a pesquisa e o desenvolvimento devem ocupar um espaço privilegiado, deixando de priorizar a formação no exterior como alternativa, sem, no entanto, oficializar a criação de uma universidade³.

Houve um esforço da parte do governo da Guiné-Bissau na institucionalização do ensino superior, com a criação da Universidade Pública Amílcar Cabral (UAC) em 1999 e na aprovação do funcionamento de universidades privadas. Mas, apesar de ter boas iniciativas o governo não soube desenvolver com eficiência a manutenção e conservação das instituições. Isto porque as instituições do ensino superior guineense se encontram ainda numa fase embrionária, com uma série de dificuldades operacionais e de infraestruturas que dificultam o

³ Disponível em: <http://simpohis2016.blogspot.com/p/arnaldo-sucuma.html>. Acesso no dia 01 de dez. de 2022, às 15h30.

funcionamento efetivo tanto do ensino superior público, como também das instituições de capital privado.

De acordo as leis de base do sistema educativo guineense, no seu artigo 12 até 6 anos de escolaridade, o ensino básico é totalmente gratuito. A partir do sétimo ano de escolaridade, o ensino básico e universitário é tendencialmente gratuito, de acordo com as possibilidades econômicas do estado guineense. Mas por conta da fragilidade e da falta de interesse do estado na área da educação, só existe uma única universidade pública que não é gratuita e também não tem diferença de valor com as universidades privadas.

O governo instituiu o ensino superior criando uma universidade pública, cuja base se enquadra numa parceria público-privada entre o Governo e Universidade Lusófona de Portugal, com a finalidade de atender as demandas do país no que se refere à formação superior dos cidadãos Bissau-guineenses e promover o desenvolvimento do país.

A criação da UAC foi justificada pela necessidade de formar e reciclar quadros, a partir do apoio da racionalização do funcionalismo público permitindo assim a solução dos problemas do passado, presente e de futuro a serviço da sociedade. Nos seus objetivos, a UAC recebeu a função de estruturar as instituições de ensino superior universitárias e pré-universitárias num *campus* universitário; reorientar a assistência técnica voltada para pesquisa científica; proporcionar aos jovens o acesso e continuidade de seus estudos superiores; incentivar a produção científica na Universidade; contribuir na formação de várias categorias profissionais tais como professores do ensino básico e secundário, conselheiros pedagógicos, inspetores; a retenção de quadros no país e desenvolver cooperações no âmbito da CPLP (Comunidade dos Países da Língua Portuguesa), da sub-região, da Europa e Américas a fim de potencializar a UAC.

A criação da Universidade Amílcar Cabral pelo governo da Guiné-Bissau abriu as portas para o nascimento das universidades privadas que começaram a surgir a nível nacional. Esta proliferação das instituições de ensino superior apresentam uma nova fase no processo educativo no âmbito do ensino superior. Porém, foi necessário que o governo e a assembleia criassem regras capazes de habilitar e orientar o funcionamento dessas instituições.

Desta forma, feita esta contextualização sobre o sistema educativo guineense e o papel da UAC nesse processo, cabe neste artigo observar e compreender os aspectos relativos aos impactos da cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau, tendo a educação como elo. Tanto o SENAI como a UNILAB, configuram-se como projetos que visam uma melhoria nas possibilidades de acesso, sobretudo de jovens, à educação no ensino técnico e universitário, dentro e fora do território guineense.

Na primeira seção, o foco é trazer uma breve contextualização sobre a história da Guiné-Bissau, assim como, evidenciar e apresentar o funcionamento das políticas educacionais implementadas neste país africano. Já na segunda seção, iremos abordar sobre a cooperação sul-sul e o modo como este programa acabou por impactar no estreitamento das relações entre os países ditos do "terceiro mundo", "em vias de desenvolvimento" e que se encontram no Sul Global, como é o caso de Guiné-Bissau e do Brasil, tendo a educação como fio condutor desse processo.

Na última e terceira seção deste artigo, pretendemos fazer uma abordagem sobre os impactos que projetos como o SENAI e a UNILAB têm, sobretudo, promovido para as pessoas e estudantes que mediante o vínculo com essas instituições, tiveram as suas vidas modificadas e impulsionadas sob uma lógica de desenvolvimento social e crescimento pessoal.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA GUINÉ-BISSAU

Para a contextualização histórica da Guiné-Bissau é necessário compreender as divisões administrativas e territoriais deste país no continente africano. A Guiné-Bissau ocupa a parte ocidental do continente africano e faz fronteira, ao norte e leste com a República do Senegal, ao leste e sul, com a República da Guiné-Conakry e a oeste, com o oceano Atlântico. O país tem uma superfície de 36.125 km² e é constituído por uma parte continental e a outra insular, que engloba o arquipélago dos Bijagós, composto por cerca de 90 ilhas e ilhéus, dos quais somente 17 são habitados. O total da superfície habitável é apenas de 27.700 km², devido às terras inutilizadas pelas inundações das marés fluviais e pelo alagamento causado pelas chuvas regulares e periódicas, devido à baixa altitude do país em relação ao nível do mar (INE, 2015).

Para tratar da história recente da Guiné-Bissau, vale ressaltar que o atual território pertencia ao império do Mali, parte do Reino de Gabú, no século XI. Como se destaca Benzinho e Rosa (2015), o Reino de Gabú era vassalo do império do Mali (1230 a 1546). Portanto, o espaço físico que estamos referindo do império pertence à região nordeste do país. De acordo com Semedo (2010, p. 23) esse império teve seu apogeu nos séculos XIII e XIV, dominando várias etnias não muçulmanas que então rendiam culto aos ancestrais, sendo que algumas regiões permaneceram como parte do reino até o século XVII. A chegada dos portugueses no território guineense, deu-se entre 1445 a 1447 e é atribuído a Nuno Tristão, que terá morrido nos primeiros momentos, num ataque perpetrado pelas tribos locais no rio Geba. Alguns

historiadores atribuem também a Álvaro Fernandes que, pela mesma altura, teria chegado à praia de Varela (BENZINHO & ROSA, 2015).

Segundo Campos (2012) os primeiros quatro séculos de colonização (sécs. XV-XIX), os portugueses limitaram-se a fazer trocas comerciais com os régulos, que rapidamente transformaram-se em tráfico de escravos, o principal móbil para a presença portuguesa na Guiné. No entanto, vale destacar que demarcação do atual território guineense, resultou num convênio, estabelecido entre Portugal e França, em dia 12 de maio de 1886; e, teve como base a carta da Conferência de Berlim que definiu e instituiu a delimitação e a ocupação do continente africano em 1885 Augel (2007, p. 55).

A Guiné-Bissau, desde a sua independência oficial de Portugal não conseguiu empreender políticas capazes de suplantar a deficiência na esfera educacional e na formação de quadros capazes de contribuir eficazmente no processo de desenvolvimento e superação da pobreza. Ao longo dos anos vem estreitando laço de Cooperação Educacional com outros países, enviando estudantes para se qualificarem nas instituições de ensino superior e ensino técnico profissional, como também recebe assistência técnica nesse domínio.

Após vários anos da ocupação portuguesa, o líder Amílcar Cabral e com seus companheiros, conduziram uma luta armada pela independência da Guiné e Cabo Verde, que em seguida, foi assassinato em 20 de janeiro de 1973, num país vizinho (Guiné-Conakry), sendo desconhecidos os mandantes; o fato é ainda um grande mistério no nível interno como no internacional. A independência foi, contudo, proclamada unilateralmente pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 24 de setembro de 1973, nas Colinas de Boé, na vila de Lugadjol, que haviam, a pouco menos de um ano, derrubado o regime salazarista, tendo Portugal reconhecido a independência da Guiné-Bissau, em 10 de setembro de 1974, como o primeiro o país africano a se tornar independente nos Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP). (SEMEDO, 2010). Depois da independência, o primeiro presidente a chegar à presidência foi Luís Cabral, irmão mais novo do Amílcar Cabral, um dos líderes da resistência anticolonial, chefe militar que comandou uma parte do exército guerrilheiro na luta de libertação, figura carismático e de grande respeito no seio dos revolucionários (AUGEL, 2007).

Atualmente, a Guiné-Bissau é uma república que tem sistema político democrático semipresencial, no qual o presidente é o chefe de Estado, e o primeiro ministro é o chefe do governo. O poder é exercido pelo governo central e com governo regional. Conta também com o Poder Legislativo, que é exercido tanto pelo governo quanto pela Assembleia Nacional Popular (ANP). O Presidente é eleito pelo voto popular direto para um mandato de cinco (5)

anos. Já o Primeiro-Ministro por indicação do partido político, que têm maior assento parlamentar para um mandato de quatro (4) anos. Segundo o artigo 68 da Constituição da República (1996), na alínea (g) o presidente da república tem a competência de “nomear e exonerar o Primeiro-Ministro, tendo em conta os resultados eleitorais e ouvidas as forças políticas representadas na Assembleia Nacional Popular”.

O país já formou milhares de quadros em todos os países com os quais mantem a cooperação, só que devido à instabilidade política, social e económica do país, desde a independência nacional, a maioria dos quadros formados no exterior não regressam, no sentido presencial ou moradia regular, para habitarem e darem uma contribuição no desenvolvimento da Guiné Bissau.

A Guiné-Bissau, vem enfrentando dificuldades com relação aos resultados destas políticas, porque o país vive ainda uma onda de sucessivas interferências dos militares na administração pública do país. Os quadros formados nos âmbitos destas políticas externas não mostram um resultado positivo, especialmente, por conta das instabilidades políticas e golpes vividos desde da sua independência.

As frequentes instabilidades políticas e econômicas têm afetado significativamente o sistema educativo da Guiné-Bissau, porém, isso não tira o fato de que a cooperação internacional tornou-se uma ferramenta fundamental para estimular o sistema educativo. Nesse horizonte, o Brasil, através do governo do presidente Lula da Silva (2003-2011), estabeleceu uma cooperação técnica com a Guiné-Bissau na referida área; dessa cooperação surgiram vários projetos que tiveram impactos significativos e que deram oportunidade de formação técnica e profissional a muitos jovens guineenses.

No entendimento do Itamaraty a cooperação educacional é uma vertente positiva das relações entre países, na medida em que é capaz de contribuir para o desenvolvimento econômico e social, assim como serve como um vetor de transmissão de valores como tolerância e respeito à diversidade cultural. Neste quesito, importa salientar que a política externa, sobretudo para temas educacionais, orienta-se pela busca de resultados nas dimensões econômicas, políticas e culturais. Dito de outra forma, ao ter relação direta com a qualificação da mão-de-obra de um país, a cooperação educacional contribui para o seu desenvolvimento econômico. Em um mundo globalizado, em que a capacidade de uma economia para atrair capitais, investimentos e tecnologias está condicionada ao nível educacional e à qualificação de seus recursos humanos, iniciativas de cooperação educacional têm como objetivo a inserção competitiva no mercado internacional. (ITAMARATY, *apud* CAMBANCO, (p 57, 2016).

De acordo com o Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul, a cooperação técnica é um dos pilares de cooperação internacional, pois busca melhores práticas para alcançar grande nível de desenvolvimento.

A cooperação técnica é um dos pilares da cooperação internacional. O seu foco é o desenvolvimento de capacidades entendidas como a identificação, mobilização e expansão de conhecimentos e competências disponíveis no país parceiro, com vistas à conquista da autonomia local para o desenho e implementação de soluções endógenas para os desafios do desenvolvimento (MANUAL DE GESTÃO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA SUL-SUL, 2013, *apud* CAMBANCO, 2016, p 52).

No entanto, várias nações vêm celebrando parceria no intuito de superar as objeções e se fortificar para encarar os desafios. Existem diversos projetos operacionais do Brasil para com a Guiné Bissau, os quais tem contribuído bastante na formação e capacitação de jovens guineenses.

A cooperação brasileira baseia-se em programas utilizados a nível doméstico para solução de problemas nas áreas como saúde, educação e desenvolvimento tecnológico, que também promove a institucionalização do estado. Dentre os projetos desenvolvidos existem mais de 23 (vinte e três) projetos de cooperação técnica, sendo os mais significativos em termos econômicos os realizados pelo Centro de formação Brasil - Guiné-Bissau que é o berço do SENAI; e os de primeira escola da Polícia Federal fora do território brasileiro, o Centro de Formação das forças de segurança Brasil-Guiné-Bissau.

Ainda na área educacional o Brasil contribuiu na formação de muitos quadros guineenses através do Programa de Estudante do Convênio de Graduação (PEC-G) criado em 1965, no âmbito do então Ministério da Educação e Cultura (MEC), como projeto de cooperação educacional internacional é um programa que o Brasil possui com os países em vias de desenvolvimento como a Ásia, África e América Latina, e consiste em oferecer oportunidades aos jovens destes países, na faixa etária de 18-24 anos de cursarem nas instituições do ensino superior Brasileiras. No entanto, este programa também proporciona intercâmbio e oportunidades para os jovens e também tem a finalidade de alavancar os países em vias de desenvolvimento nas áreas educativas e como também político econômico e social.

Dentro da quantidade e variedade de projetos de cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau, em particular na área educacional, o trabalho irá focar nos projetos educacionais implementados na Guiné-Bissau no âmbito da cooperação Sul-Sul entre Brasil/Guiné-Bissau e os efeitos na sociedade guineense com a formação técnica e superior de novos quadros profissionais.

O Brasil vem atuando significativamente no campo educacional na Guiné-Bissau. Nesse quesito, a UNILAB apesar de não fazer parte dos projetos realizados na Guiné-Bissau, já formou muitos quadros guineenses, e continua ajudando muito na educação dos estudantes guineenses, a partir do território brasileiro. Esta universidade tem contribuído muito na formação do jovem guineense, desde 2011 até 2018. Por outras palavras, mais de 350 estudantes guineenses passaram pelo processo de formação profissional nas diferentes áreas e cursos da Unilab, conforme documentação institucional da instituição. E atualmente, são aproximadamente 667 estudantes ativos na instituição.

A Guiné-Bissau é um país onde o ensino superior chegou mais tardiamente, se comparando com os outros países colonizados por Portugal. Talvez essa diferença e a precariedade do ensino no país, possam ser entendidas pelo fato da Guiné-Bissau ter funcionado como país de exploração e não de povoamento, bem como o pouco interesse dos sucessivos governos pós-independência que nunca colocaram a educação como prioridade.

Com base no que foi exposto acima, analisaremos nas próximas seções os projetos educacionais que foram implementados no governo Lula, dando destaque para o SENAI e a UNILAB, sem perder de vista uma contextualização sobre a cooperação Sul-Sul e o modo como esse projeto foi fundamental para a materialização dessas duas instituições.

3 COOPERAÇÃO SUL-SUL

A cooperação Sul-Sul é um programa que visa estabelecer apoios entre países desenvolvidos e aqueles em via de desenvolvimento, ou seja, entre os países do Sul global (SILVA, 2011). Ela pode ser solidária com o objetivo de promover trocas comerciais, boas práticas e o reconhecimento das diferenças e interesses em benefícios próprios para poder acelerar o ritmo do crescimento econômico para competição mundial.

Trata-se de uma ferramenta usada por Estados, organizações internacionais, acadêmicos, sociedade civil e setor privado em desenvolvimento no Sul Global para compartilhar conhecimento, habilidades e iniciativas de sucesso em áreas específicas, como desenvolvimento agrícola, direitos humanos, urbanização, saúde, mudança climática etc.

Em consonância com isto, Djaló (2014) afirma que as relações políticas diplomáticas entre essas duas nações são ambíguas por dois motivos: primeiro, provêm de um processo histórico que representou esses dois países no atlântico sul nos séculos passados, isto é, teve origem no processo de desumanização dos africanos durante a escravidão; segundo, baseia-se

nos intercâmbios culturais e na promoção da língua portuguesa (MILANI; CONCEIÇÃO; M'BUNDE, 2016)

Ao falar dessa relação Brasil-África, em especial, com a Guiné-Bissau é compreensível que seja melhor analisar o passado histórico para compreender melhor o presente, porque os discursos usados nessa restauração diplomática baseiam-se na questão da civilidade que une a América Latina, em particular o Brasil, com o continente africano (AMORIM, 2013). Continuando com o raciocínio de Djaló (2014), o interesse do Brasil em apoiar a Guiné-Bissau, é por estarem relacionados aos fatos históricos, embora os interesses econômicos sejam principais fatores inerentes a esse processo.

Segundo Rizzi (2012), a cooperação Sul-Sul tem ajudado muito a nação guineense no desenvolvimento de ensino superior, e não só, como também em outros níveis educacionais. As relações entre o Brasil e os PALOP têm ajudado muito a nação guineense, impulsionando o desenvolvimento no setor educativo e nas demais necessidades conjunturais. Levando em consideração as informações disponíveis confirmadas por Rizzi (2012), o país se tornou independente na primeira metade dos anos 1970, ou melhor, em 1973 e em 1974 foi reconhecido oficialmente por Portugal. Nessa ordem, de ideia, as necessidades autônomas vêm sendo mais urgentes. A partir desse momento, o país começou a estabelecer tratados de cooperação com os países parceiros internacionais e regionais para responder as demandas em torno do desenvolvimento.

É importante realçar que, a cooperação Sul-Sul segue promovendo um grande número de trocas de conhecimentos e experiências por meio de programas, projetos e iniciativas que ajudaram a resolver problemas específicos nos países do Sul Global, na qual a Guiné-Bissau e o Brasil se encontram. Um dos exemplos de ações que demonstram o potencial de sucesso da cooperação Sul-Sul entre países americanos e o continente africano, incluem o apoio de Cuba na luta contra o Ébola na África Ocidental; A experiência do México na diversificação de produtos de milho para melhorar a saúde e nutrição no Quênia; o conhecimento de estratégias para reduzir a fome compartilhada pela Colômbia nos países mesoamericanos; e as lições do Chile para os países do Caribe sobre rotulagem de produtos como uma medida para acabar com a obesidade e a ajuda do Brasil para os PALOP, através dos programas educacionais e formativos como o SENAI e a UNILAB⁴.

⁴ Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/pelotasmun/2020/09/13/o-que-e-cooperacao-sul-sul-e-por-que-ela-e-importante/>. Acesso no dia 1 de nov. de 2022 às 13h00.

4 OS IMPACTOS DOS PROJETOS EDUCACIONAIS NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL

As constantes crises e instabilidades políticas, fizeram com que o sistema educacional da Guiné-Bissau tivesse uma série de problemas em termos sociais e políticos. De acordo com Wilson Pedro Té, (2015), a cooperação entre Guiné-Bissau e Brasil têm laços desde a década de 1970; porém, essa cooperação se fortificou no governo Lula. No entanto, a nossa pergunta de partida consiste em compreender como a cooperação educacional entre esses Estados vêm contribuindo para a formação de quadros guineenses e na superação dos desafios sociais existentes na Guiné-Bissau.

De acordo com Milani, Conceição e M Bunde (2016) desde sua criação, inúmeros estudantes foram matriculados em escolas do SENAI, tanto no Brasil como no exterior. Trata-se de um projeto criado em 1942, organizado e gerido por empresários industriais, buscando atender a demandas de formação de trabalhadores qualificados para a indústria brasileira. É por meio da cooperação internacional, que o SENAI tem exportado os pacotes de ensino e treinamento a países em desenvolvimento, como é o caso da Guiné-Bissau, em áreas como controle de quantidade de alimentos e embalagens, energia, petróleo e outros. Lembrando que, na década de 1950, o SENAI recebeu cooperação externa dos países industrializados. Já na década de 1960, este projeto passou a ser disseminado para os ditos países do "Terceiro Mundo". Mas foi a partir de 1970, que o SENAI passou a estar mais ativo na América Latina em países como a Colômbia, Haiti, e na atualidade, tem existido uma forte atuação nos PALOP.

Em termos de definição, o SENAI é considerado uma referência nacional no Brasil, no que diz respeito ao apoio no setor tecnológico e de inovação, especialmente, em empresas industriais nos mais diversos portes e segmentos. Nesse quesito, o SENAI oferece cursos de iniciação profissional como graduação e pós-graduação (especialização)⁵

No contexto da Guiné-Bissau, o SENAI tem contribuído para a aprendizagem e formação técnica e profissional de inúmeras pessoas, sobretudo da camada mais jovem, a partir do dia 6 de junho de 2006⁶. Por meio dessas formações, passaram a existir mais indivíduos capazes de se inserirem no mercado de trabalho nacional guineense, embora ainda haja

⁵ Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/senai/institucional/>. Acesso no dia 23 de nov. de 2022 às 11h17.

⁶ Disponível:

<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/738#:~:text=No%20dia%2006%20de%20junho,%20Bissau%20Tumane%20Bald%C3%A9%20do.> Acesso no dia 4 de nov. de 2022 às 13h30.

problemas em relação à inserção dessas pessoas em postos de emprego, tanto no campo estatal como privado.

É importante salientar que o projeto SENAI envolvendo a construção desses "Centros de Formação Profissional", tem como perspectiva fazer com que o governo dos países parceiros, no caso Guiné-Bissau, possam ter uma estrutura de formação profissional, capaz de construir uma infraestrutura no campo formativo dos recursos humanos de indivíduos como multiplicadores, instrutores e gestores para a qualificação de uma "força de trabalho local". Algumas das áreas escolhidas, definidas previamente e em conjunto com os países parceiros, abarcam setores como: Mecânica de automóveis, Instalação e Conserto de computadores, Construção civil, Corte e Costura e outros.

Por isso, devido às dificuldades financeiras, poucas vagas de emprego e a falta de interesse dos governos no setor de ensino, obrigam vários desses estudantes a migrarem-se para o exterior, em busca de novos conhecimentos que atendam às suas necessidades. Conforme Neusa Gusmão (2011), no nível superior, tem havido uma grande mobilidade de jovens africanos de diferentes nacionalidades, em busca de uma formação acadêmica e de um diploma universitário, se beneficiando "dos acordos bilaterais entre países os processos de formação de quadros de e de políticas entre países diversos", como é o caso da cooperação Sul-Sul.

O que os move de um lado a outro do planeta resulta da busca por algo que ainda não é possível obter em seus lugares de origem em razão dos processos recentes de construção das novas nações africanas, até pouco tempo assoladas por guerras e lutas. O que buscam todos é o acesso à educação. A trajetória nômade-estudantil, de imigração temporária, de imigração provocada, de exílio circunstancial e outras tantas designações referenciadas por estudiosos a dizer de homens e mulheres traduzidos, de indivíduos transculturais, imigrantes temporários e outros tantos termos cujo uso suscita indignação a estudiosos mais tradicionais revela que há algo de novo posto em movimento por esses sujeitos que atravessam fronteiras e desterritorializam-se numa vida aparentemente sem destino claro, mas cujo ir e vir no mundo globalizado constitui uma realidade, cada vez mais visível, mas nem sempre reconhecida (GUSMÃO, p. 193, 2011).

A maioria desses estudantes não tinham como estudar numa universidade privada em Guiné-Bissau, tendo em conta as dificuldades dos pais e encarregados de educação para pagamento da formação dos/as filhos/as, sobrinhos/as, uma vez que, a maioria dos pais são funcionários do governo com um salário baixo que não chega para arcar com alimentação e estudos. Sem contar que os cursos são muito caros neste país, sendo esta uma dificuldade para que a grande maioria dos pais e familiares, ou os próprios estudantes, possam assumir os pagamentos das mensalidades dos filhos para estudar nas universidades privadas.

De acordo com Tcham (2012), o incentivo de muitos guineenses em vir estudar no Brasil tem a ver com a falta de instituições de ensino superior no país de origem. Assim é por falta de universidades públicas de ensino superior que possa atender a camada de estudantes menos favorecidos, fato esse que fez com que muitos estudantes se deixem seu país de origem em busca de uma formação superior fora do país. Os sujeitos que não conseguem sair do país, recorre a formação técnica implementado no âmbito deste programa sul-sul (SENAI).

O acordo básico de cooperação técnica do Brasil com a Guiné-Bissau foi assinado em 18 (dezoito) de maio de 1978, segundo a Agência brasileira de cooperação (2013). O objetivo do acordo era de favorecer uma abertura de novas oportunidades para a cooperação tendo como prioridade os dois países. Porém, como já foi dito anteriormente, nosso foco é nos projetos de cooperação na área da educação, firmados e colocados em execução a partir de 2003, nomeadamente o SENAI e a UNILAB.

Conforme Milani, Conceição e M'Bunde (2016), já no governo de Lula da Silva foi criada uma universidade federal de nome UNILAB, com o objetivo de promover a cooperação com os PALOP e demais países da CPLP. A partir daí, esta universidade tem sido uma instituição formativa fundamental para acolher os estudantes africanos de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

A UNILAB oferece atualmente, cursos nas áreas de formação à docência (licenciaturas), saúde, agricultura, setor de energia e tecnologia sustentável, gestão administrativa, entre outras áreas, e tem como importante foco a formação superior acessível às classes mais pobres, prezando pela inserção no Ensino Superior de jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Os cursos de pós-graduação lato sensu são Gestão Pública, Gestão Pública Municipal, Gestão em Saúde, Gestão Governamental e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Indígena e Africana. Os cursos de pós-graduação stricto sensu são Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, Mestrado Interdisciplinar em Humanidades e Mestrado em Enfermagem.

Além disso, a UNILAB também desempenhou um papel relevante quando foram aplicadas sanções internacionais, definidas no âmbito da CPLP, contra o Governo de Guiné-Bissau em 2012: uma corrida às bolsas pelos bissau-guineenses foi direcionada à UNILAB, o que nos leva a concluir que o Governo brasileiro adotou posicionamento intermediário entre uma suspensão dos Programas PEC-G e PEC-PG e a manutenção da cooperação com a UNILAB. Nesses dois anos (2012 e 2013) de suspensão dos programas PEC-G e PEC-PG, chegaram, respectivamente, 44 e 78 estudantes à UNILAB (MILANI; CONCEIÇÃO; M'BUNDE, p. 21, 2016).

Na atualidade, a UNILAB é uma universidade que tem recebido vários estudantes de nacionalidade guineense nos seus polos ou *campus* que se encontram na Bahia e no Ceará. Inclusive muitos desses estudantes, atualmente estão sob a condição de egressos, tendo vários já regressado para a Guiné-Bissau, onde têm ocupado postos de trabalho, nos quais, profissionalmente colocam em prática os seus aprendizados adquiridos durante a formação universitária no Brasil.

De acordo com Basílele Malomalo (2018), a UNILAB é uma universidade pública brasileira, inaugurada para atender às demandas dos movimentos sociais, em especial os movimentos negros, assim como da elaboração de uma política de interiorização e de expansão das universidades no Brasil. O seu surgimento foi uma resposta às demandas externas e de internacionalização do ensino superior, principalmente de uma aproximação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no qual o Brasil está inserido, junto com Portugal, os Palop e Timor-Leste.

A UNILAB possui quatro polos universitários sediados em duas regiões no interior do território brasileiro: o Maciço do Baturité (Ceará) e o Recôncavo (Bahia). Sendo que três deles se encontram nos municípios de Redenção e Acarape no estado do Ceará, que são: o *campus* da Liberdade, o *campus* das Auroras e a Unidade Acadêmica dos Palmares. Em termos simbólicos, Redenção foi escolhida pelo fato de ser o primeiro lugar, no país, que aboliu a escravidão em 1883⁷. No estado da Bahia, existe um polo universitário chamado *campus* dos Malês⁸ em São Francisco do Conde.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Redenção, estado do Ceará. Foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011. De acordo com a legislação, a Unilab tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional (sítio eletrônico da Unilab, setembro de 2021)⁹.

Por isso, podemos observar que, tanto o SENAI como a UNILAB, apesar de atuarem em esferas educacionais diferentes, sendo a primeira no campo do ensino técnico e profissional

⁷ Disponível em: <https://unilab.edu.br/historia-de-redencao-liberdade/>. Acesso no dia 26 de out. de 2021 às 9h28.

⁸ Essa nomenclatura *malês* faz menção à revolta dos escravizados que ocorreu em 25 de janeiro de 1835, protagonizada pelos negros muçulmanos conhecidos como *malês* (REIS, p. 3). Disponível em: <http://smec.salvador.ba.gov.br/documentos/a-revolta-dos-males.pdf>. Acesso dia 11 de jun. de 2021 às 13h13.

⁹ Disponível em: <https://unilab.edu.br/institucional-2/>. Acesso no dia 23 de nov. de 2022 às 11h36.

no território guineense, e a segunda no território brasileiro, tendo uma perspectiva voltada para o ensino superior; ambas possuem um papel importante na formação acadêmica e profissional, sobretudo de jovens guineenses com maiores dificuldades financeiras e menores condições de acesso à educação, contribuindo assim para uma lógica de transformação social, que posicionam esses jovens estudantes como potenciais agentes de mudança e desenvolvimento da Guiné-Bissau, nos mais diversos setores da sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procurou-se apresentar dois projetos de cooperação educacional realizado pelo Brasil, no seu próprio território e na Guiné-Bissau, no âmbito da Cooperação Internacional para o desenvolvimento e a cooperação Sul-Sul: a UNILAB e SENAI. Para isso também se fez uma digressão sobre os pressupostos teóricos que regem os conceitos da cooperação e cooperação internacional para o Desenvolvimento, assim como, as discussões em volta de uma das suas modalidades - a cooperação Sul-Sul.

Pode-se concluir que tanto a UNILAB como o SENAI são dois exemplos de instituições que formam muitos estudantes guineenses em território brasileiro. Já o SENAI pode ser considerado como um dos maiores projetos educacionais brasileiros realizados na Guiné-Bissau e a UNILAB, uma das universidades que mais recebem estudantes provenientes deste país africano. Uma vez que, ambas as instituições ainda possibilitam a qualificação de jovens e adultos, preparando-os para o exercício de uma atividade produtiva e, conseqüentemente, permitir a geração de renda de forma a contribuir para o esforço de recuperação econômica do país e, ainda, alavancar seu desenvolvimento educacional e social.

REFERÊNCIAS

AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **A Cooperação Técnica do Brasil Para África. Brasília, 2013.**

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **A Cooperação Técnica do Brasil para a África.** Disponível em:

http://www.abc.gov.br/Content/abc/docs/CatalogoABCAfrica2010_P.pdf

ALMEIDA, Luiza Brasileiro de. **Os Efeitos dos Acordos de Cooperação Sul-Sul Sobre os Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil.** Universidade Federal de Lavras - MG. 2015.

AMORIM, Celsio. **Breves narrativas diplomáticas: África: Reencontro.** 2013. Brasil-Relações Exteriores. Política Internacional. -- in: Editora Benvirá, São Paulo, 2013. 168 p.

AUGEL, Moema Parente. **Desafios de Ensino Superior na África e no Brasil: a situação do ensino universitário na guiné-bissau e a construção da guineidade.** In Estudos de Sociologia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. V. 15, n. 2, jul./dez., 2009. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

BATHILLON, Aldine Valente. **Estudantes guineenses: da educação secundária na Guiné-Bissau à educação superior na Unilab, Brasil.** UNILAB. São Francisco do Conde 2016.

CÁ, Cristina Mandau Ocuni. A trajetória dos quadros guineenses formados e em formação no Brasil, na visão de estudantes e profissionais de 3º grau. 2009. 186 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251547>. Acesso em: 14 ago. 2018.

CA, Lourenço Ocuni. Política educacional da Guiné-Bissau de 1975 a 1997. 1999. 197p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253240>. Acesso em: 26 jul. 2018.

CAMBANCO, Deuinalom Fernando. **Relações Bilaterais Brasil & Guiné-Bissau no Plano Educacional Durante Governo Lula (2003-2010).** Instituto de Humanidades e Letras (Trabalho de Conclusão de Curso). São Francisco do Conde, Bahia. Dezembro de 2016.

Crítica de Sociologia e Política Volume 8, número 1, janeiro a junho de 2017.

DJALÓ, Mamadú. **Relações Sul-Sul: a cooperação Brasil-Guiné-Bissau na educação superior no período de (1990-2011).** 279 f. Tese de (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/123195/325649.pdf?sequence=1>.

Acesso em: 19. Set. 2017

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **“Na Terra do Outro”: presença e invisibilidade de estudantes africanos no Brasil, hoje.** Dimensões, vol. 26, 2011, p. 191-204. ISSN: 2179-8869.

Inserção de Africanos no Contexto Universitário Brasileiro. Terceiro Milênio: Revista INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.** Agência Brasileira de Cooperação. Brasília: IPEA, ABC, 2010.

ITAMARATY. Divisão de temas Educacionais. **Histórico do PEC-G.** Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.html> acesso em: 15 de Abr. de 2014

LANGA, Ercílio Neves Brandão. **Migração estudantil internacional: experiências de inserção de africanos no contexto universitário brasileiro.** Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política Volume 8, número 1, janeiro a junho de 2017

LUCENA, Carlos. **O Pensamento Educacional de Émile Durkheim.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 295-305, dez.2010 - ISSN: 1676-2584.

MALOMALO, Bas`Ilele. Desafios de gestão multicultural numa universidade internacional: caso da UNILAB. **Tensões Mundiais**, v.14, N.26, 2018.

MANGO, Felizberto Alberto. **A Cooperação Brasil-Africa Durante os Mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) Solidariedade e/ou Interesse?.** Instituto de Humanidades e Letras (Trabalho de Conclusão de Curso). Redenção, Ceará. Fevereiro de 2016.

MILANI, R.S. Carlos; SUYAMA, Bianca; LOPES, Luara. Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do norte e no Sul: que lições e desafios para o Brasil?

MILANI, Carlos RS; DA CONCEIÇÃO, Francisco Carlos; SABA M'BUNDE, Timóteo. **Cooperação sul-sul em educação e relações Brasil-Palop.** Caderno CRH, v. 29, n. 76, 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3476/347645346002/>. Acesso em: 18.Out.2017

PUREZA, M. José et al. **Prevenção de Conflito Armados, Cooperação para o Desenvolvimento e Integração Justa no Sistema Internacional.** Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2005.

SUCUMA, Arnaldo. O ensino superior na Guiné-Bissau: Reflexões e Desafios. Disponível: <http://simpohis2016.blogspot.com/p/arnaldo-sucuma.html>. Acesso no dia 01 de dez. de 2022, às 15h30, 2016.

TÉ, Wilson Pedro. **Relações Exteriores da Guiné-Bissau: Um Estudo das Relações Bilaterais Guiné-Bissau/Brasil (1974-2014).** Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais Santiago Dantas. São Paulo. 2015.

TCHAM, Ismael. **A África fora de casa: sociabilidade, trânsitos e conexões entre estudantes africanos no Brasil** Dissertação de Mestrado 1. ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 2013. v. 22. 132p.

VISENTINE, Paulo G. Fagundes. África e as Potências Emergentes: o sul e a cooperação profana. Revista Austral, Porto Alegre, V.3, n.5, Jan-Jun. 2014. P. 42-68. Disponível em: <http://library.fes.de/pdffiles/bueros/brasilien/10532-20140207.pdf> acesso em: 28/07/2014.

ÁFRICA – EDUCAÇÃO (MRE). In: Balanço de Política Externa (2003-2010). Ministério das Relações Exteriores/Secretaria de Planejamento Diplomático. 2015. Disponível em:<http://kitplone.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.5-africa-educacao>. Acesso em: 17 abr. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU. **Arquivo da DGEPASE.** Bissau, 2007-2011.